



VILAREALSTºANTONIO

1
[Handwritten signature]

ATA Nº. 12/2015

1

Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal
de Vila Real de Santo António, realizada no dia
12 de MAIO de 2015.

Aos doze dias do mês de maio de 2015, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, Luís Filipe Soromenho Gomes, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas nove horas e dez minutos, os Srs. Vereadores Maria da Conceição Cipriano Cabrita, João Filipe de Brito Sol Pereira, João Manuel Lopes Rodrigues, David Matias Murta, Luís Miguel Cristo Salvador Salas e José Estevão Correia da Cruz, a fim de se realizar a reunião ordinária a que se refere o artigo 40º. da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro.

ABERTURA DA REUNIÃO: - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:

- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
- APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES;
- AQUISIÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VMWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE CENTRO DE DADOS DO MUNÍCIPIO DE VRSA 2015 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS;
- AQUISIÇÃO DE CONTRATO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PARQUE DE FOTOCOPIADORAS RICOH – RENOVAÇÃO 2015 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO
- APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E DO REGULAMENTO DE AVENÇAS DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO POENTE DA MANTA ROTA;

Handwritten signature and initials in the top right corner of the page.

- CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A IMOESTATÍSTICA – SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE IMOBILIÁRIO, LDA.;
- CELEBRAÇÃO DO ACORDO-QUADRO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA UNIDADE DE GESTÃO DE SERVIÇOS PARTILHADOS DO BAIXO GUADIANA;
- ANULAÇÃO DE RENDAS POR CADUCIDADE DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO POR MORTE DO ARRENDATÁRIO ANTÓNIO BRAZ MARTINS;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO APRESENTADO PELA POLÍCIA MARÍTIMA – COMANDO LOCAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;
- PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO APRESENTADO POR JOÃO LUIS MARTINS DE SOUSA CORDEIRO;
- ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA N.º 2 DO CENTRO CULTURAL ANTÓNIO ALEIXO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – EURICO SEGURA RODRIGUES;
- PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO – ISENÇÃO DE TAXAS – ASSOCIAÇÃO ESCOLINHA DE GUARDA-REDES DE FUTEBOL LUÍS RODRIGUES - VI CAMPUS DE GUARDA-REDES DE FUTEBOL 2015;
- FIXAÇÃO DO PREÇO DO SELO EUROCIDADE;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia de ontem, apresentando um saldo de 1.174.449,15€ (um milhão cento e setenta e quatro mil quatrocentos e quarenta e nove euros e quinze cêntimos).



A

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Sr. Vereador José Cruz solicitou um ponto de situação sobre as diligências do Sr. Presidente com a Administração da Empresa Litográfica.

O Sr. Presidente respondeu dizendo que a Câmara Municipal aguarda resposta aos mails enviados ao Administrador Judicial e à Administração da Empresa, onde manifesta o desagrado pelo arrastar da solução para o problema. Comentou ainda dizendo que a Câmara Municipal solicitou a apresentação das contas detalhadas da Empresa, uma vez que está a decorrer um Processo Especial de Revitalização (PER), pelo que as contas devem ser claras e transparentes. Referiu ainda que pediu à Administração Judicial para anular a insolvência para que os trabalhadores não fiquem desempregados.

O Sr. Vereador José Cruz disse que a interpretação da CDU é que quem investiu retirou os seus rendimentos enquanto pôde e foi lucrativo. Agora, que já não há grandes rendimentos a retirar, abandona a empresa.

Referiu também o Sr. Vereador José Cruz que deve ser recolada a placa toponímica na Praceta António Bandeira Cabrita, visto ser o único desejo da família.

O Sr. Presidente referiu que está a ser preparada uma homenagem com dignidade ao Sr. António Bandeira Cabrita e a Câmara Municipal aceita as sugestões do Sr. Vereador José Cruz, entre elas que a mesma tenha lugar no dia em que completaria 105 anos de vida (18 de junho de 2015).

O Sr. Vereador José Cruz disse que o Sr. António Bandeira Cabrita merece uma homenagem com uma dignidade impactante e recordou que o cidadão teve honras do Estado Espanhol sob a República.

4
H

O Sr. Vereador David Murta disse que o Partido Socialista, através do Sr. Deputado Miguel Freitas, tentou marcar uma reunião com a Administração da Empresa mas até à presente data não obteve resposta. Disse ainda que o Partido Socialista colocou questões ao Ministério da Economia, no sentido de se aplicar alguns fundos para a recuperação da Empresa e outras medidas concretas para se encontrar uma solução para a mesma, mas até ao dia de hoje não obteve resposta da Tutela.

Solicitou esclarecimentos relativamente à situação exposta na última reunião de Câmara sobre a constituição da mesa de honra das comemorações do 13 de Maio, mais concretamente se os Srs. Vereadores da oposição têm assento na mesa de honra, tal como acontece na maioria das comemorações dos dias da Cidade.

O Sr. Presidente disse que o Executivo continua a efetuar o que se fazia quando chegou à presidência da Câmara Municipal e relembra que, nesse período, os deputados da Assembleia Municipal sentavam-se junto aos cidadãos, tendo hoje o espaço onde reúne o Órgão Deliberativo a devida dignidade. Mencionou ainda o Sr. Presidente que os cidadãos que se sentam na mesa de honra são convidados institucionais da Câmara Municipal.

O Sr. Vereador David Murta respondeu dizendo que se pode alterar o que se tem feito.

O Sr. Presidente disse que este ano não vai alterar a forma protocolar como têm decorrido as comemorações do 13 de maio.

O Sr. Vereador José Cruz disse que não tem nada contra a presença do Sr. Embaixador de Cuba na mesa de honra e embora não tenha nenhum problema com o Sr. Presidente da Administração do Hospital Particular do Algarve, considera que o mesmo não devia fazer parte da mesa de honra, pois trata-se de um representante de uma Empresa privada.



DELIBERAÇÕES: - Foram tomadas as seguintes deliberações:

APROVAÇÃO DAS ATAS ANTERIORES.

- Considerando que foram distribuídas, com antecedência, fotocópias das atas aos membros deste órgão, a Câmara deliberou:

Por maioria, com as abstenções do Sr. Presidente e do Sr. Vereador David Murta, por não terem estado presentes, aprovar a Ata nº. 8 da reunião ordinária realizada em 14 de abril de 2015;

Por maioria, com a abstenção do Sr. Vereador João Sol Pereira, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 9 da reunião extraordinária realizada em 20 de abril de 2015;

Por maioria, com a abstenção do Sr. Presidente, por não ter estado presente, aprovar a Ata nº. 10 da reunião extraordinária realizada em 24 de abril de 2015.



AQUISIÇÃO DE MANUTENÇÃO DE SOFTWARE VMWARE E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
DE CENTRO DE DADOS DO MUNÍCIPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO 2015 -
PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS.

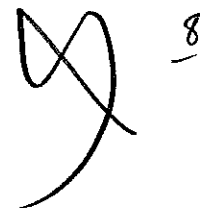
= A Câmara deliberou, por maioria, com os votos contra dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e a abstenção do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 5 e 13 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para contratualizar uma prestação de serviços de manutenção de software VMWARE e serviços de manutenção de dados do Município de Vila Real de Santo António, por um período de 1 (um) ano, com a IMPRUV – Design & Web Information Technology, Lda., e, por se tratar de um compromisso plurianual sujeito à Autorização Prévia da Assembleia Municipal, que se comunique ao Órgão Deliberativo, nos termos da deliberação da Reunião Extraordinária da Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António de 28 de Novembro de 2013, a realização deste contrato de prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

14

H

AQUISIÇÃO DE CONTRATO DE GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA PARQUE DE FOTOCOPIADORAS RICOH – RENOVAÇÃO 2015 - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta, Luís Salas e José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 5 e 13 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, para renovar o contrato de prestação de serviços de garantia e assistência técnica para todo o parque de fotocopiadoras RICOH do Município, à firma **COPIDEAL – Sociedade de Comercialização e Reparação de Equipamentos de Escritório, Lda.**, pelo período de 1 (um) ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 9/2013, de 9 de maio de 2013, e, tendo em conta que o contrato revela ser um compromisso plurianual e se enquadra no n.º 2 da autorização prévia da Assembleia Municipal, aprovada na reunião extraordinária de 28 de novembro de 2013, que se comunique à Assembleia Municipal a realização desta prestação de serviços, com fundamento no teor da informação do Núcleo da Contratação Pública, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



**APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E DO REGULAMENTO DE AVENÇAS
DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO POENTE DA MANTA ROTA.**

O Sr. Vereador David Murta mencionou que desta vez o PS se iria abster, uma vez que a proposta se destina a regulamentar situações específicas, designadamente no que concerne à utilização do parque pelos moradores e comerciantes locais.

O Sr. Vereador David Murta questionou também se o valor da taxa mencionada no artigo 4.º do Anexo II (Regulamento Para Uso de Avença do Parque de Estacionamento da Manta Rota) é fixo ou variável.

O Sr. Presidente esclareceu que é um valor fixo.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser aprovado o Regulamento de Utilização e o Regulamento de Avenças do Parque de Estacionamento Poente da Manta Rota, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

9
7

CELEBRAÇÃO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A IMOESTATÍSTICA - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DE IMOBILIÁRIO, LDA.

Pelo Sr. Vereador José Cruz foi formulada a seguinte declaração prévia:

“A CDU vota contra por entender que os dados do Instituto Nacional de Estatística são suficientes para o trabalho do Município e não necessita contratar a empresa Imoestatística - Sistema de Informação de Imobiliário, Lda., pelo que o Município não deve entregar os ficheiros com informação sobre os licenciamentos municipais a uma empresa privada, apesar das garantias de confidencialidade”.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a celebração do protocolo de Cooperação entre o Município de Vila Real de Santo António e a Imoestatística – Sistemas de Informação de Imobiliário, Lda., documentos que constituem parte integrante da presente ata.

CELEBRAÇÃO DO ACORDO-QUADRO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA UNIDADE DE GESTÃO DE SERVIÇOS PARTILHADOS DO BAIXO GUADIANA. A

O Sr. Presidente disse que houve diversas reuniões com o Governo para se implementar este Acordo-Quadro. Referiu que se a proposta for aprovada o acordo será celebrado amanhã à tarde em Lisboa.

O Sr. Vereador José Cruz mencionou que tinha uma proposta para fazer que consistia na retirada da proposta para apreciação na próxima reunião da câmara municipal mas atendendo à informação prestada pelo Sr. Presidente a sua apresentação já não faz sentido. Citou que, para a CDU, este Acordo é o primeiro passo para a fusão dos concelhos de Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim e tem dúvidas quanto ao enquadramento legal, nomeadamente se não se trata de uma competência da Assembleia Municipal. Aludiu que, para a CDU a proposta é uma dispersão e uma entrega de competências por parte do município e é contrária aos valores democráticos de Abril sobre a autonomia do poder local. Finalmente, o Sr. Vereador José Cruz referiu que deixava uma nota veemente contra a proposta, pois primeiro, o Município descentrou competências na Empresa Municipal VRSA-SGU, e agora, transfere mais áreas da sua responsabilidade para a Associação Odiana.

O Sr. Vereador David Murta disse que, não querendo entrar em questões políticas de índole nacional, esta descentralização devia ser feita de outra forma, designadamente através de um processo de regionalização. Assim, servirá apenas para que o Sr. Ministro da Tutela e o Sr. Presidente da Câmara brilhem com a proposta apresentada. Citou que as áreas transferidas não lhe chocam e espera que a Associação Odiana passe a intervir mais ativamente como um todo, em prol dos três Concelhos. Referiu que para o Partido Socialista esta proposta não põe em causa a futura existência dos três Municípios, mas fica com a preocupação que nos próximos anos a Odiana não se torne igual ao Município de Vila Real de Santo António em termos de dívida e não tenha que vir a recorrer a instrumentos de apoio financeiro.



Disse ainda o Sr. Vereador David Murta que a ideia inicial do Partido Socialista era votar favoravelmente mas numa melhor análise no decorrer da reunião, lhes parece que a proposta é mais um contrato do que um Acordo-Quadro, pelo que, nos termos da Lei 75/2013, na interpretação do Partido Socialista, a competência para autorização é da Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente referiu que com as responsabilidades que tem não precisa de brilharetes. Disse que se trata de um Acordo-Quadro e não de um contrato. É uma espécie de um protocolo. Posteriormente, caso a caso, os acordos, que já estão a ser preparados, necessitam da aprovação da Assembleia Municipal, pelo que serão submetidos à aprovação do Órgão Deliberativo.

O Sr. Presidente mencionou, respondendo às questões do Sr. Vereador José Cruz, que o Acordo-Quadro são economias de escala e os três municípios vão ficar com competências que hoje são da Administração Central. No entanto, referiu o Sr. Presidente, essa Administração, pela distância que tem do poder local, não a consegue efetuar da mesma forma que espera que esta junção de forças dos três Municípios possa conseguir concretizar. As matérias indicadas no Acordo-Quadro são matérias que na sua opinião carecem de regionalização, pelo que a celebração do Acordo será positivo para o desenvolvimento dos três Concelhos do Baixo Guadiana.

= A Câmara deliberou, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores David Murta e Luís Salas e o voto contra do Sr. Vereador José Cruz, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a celebração do Acordo-Quadro para o estabelecimento da Unidade de Gestão de Serviços Partilhados do Baixo Guadiana, documentos que constituem parte integrante da presente ata.



ANULAÇÃO DE RENDAS POR CADUCIDADE DE CONTRATO DE ARRENDAMENTO POR MORTE DO ARRENDATÁRIO ANTÓNIO BRAZ MARTINS. A

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de serem anuladas as dívidas pelas rendas em nome de António Brás Martins, referentes ao contrato de arrendamento para habitação do imóvel sito no Bairro Social 48 Fogos, Bloco 2, 3.º Esquerdo, em Vila Real de Santo António, no montante de 4.087,09€, acrescido de eventuais agravamentos, por caducidade do referido contrato, na sequência da morte do arrendatário, e a eliminação dos registos de rendas em dívida da aplicação de gestão de rendas em uso no Núcleo de Taxas e Licenças, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO APRESENTADO PELA POLÍCIA MARÍTIMA – COMANDO LOCAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

O Sr. Vereador Luís Salas perguntou, referindo que é uma questão já muitas vezes debatida nas reuniões de Câmara, do porquê não ser a Seguradora a assumir os encargos e ser a Câmara Municipal a fazê-lo. Questionou por que motivo ainda não se levou à prática os pedidos dos Srs. Vereadores da oposição.

13
H

O Sr. Vereador José Cruz disse que quando há um acidente deve esgotar-se todo o diálogo com a Seguradora e só no final, com a devida informação técnica, deverá ser o Município a assumir a despesa. Referiu que as questões que os Srs. Vereadores da oposição têm colocado e colocam podem ser levantadas por uma inspeção das entidades competentes, podendo dar-se o caso dessas entidades imputarem os encargos financeiros das autorizações para o pagamento das indemnizações a quem deliberou favoravelmente.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado o pedido de indemnização apresentado pela Polícia Marítima – Comando Local de Vila Real de Santo António, no valor do orçamento apresentado, a saber, duzentos e trinta e seis euros e dezassete cêntimos (236,17 €), e notificar o requerente para juntar ao processo o original da fatura relativa à reparação da viatura, a fim de se poder proceder ao pagamento da indemnização devida, com fundamento no teor das informações da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos e da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO APRESENTADO POR JOÃO LUIS MARTINS DE SOUSA CORDEIRO.

O Sr. Vereador Luís Salas perguntou, referindo que é uma questão já muitas vezes debatida nas reuniões de Câmara, do porquê não ser a Seguradora a assumir os encargos e ser a Câmara Municipal a fazê-lo. Questionou por que motivo ainda não se levou à pratica os pedidos dos Srs. Vereadores da oposição.



A

O Sr. Vereador José Cruz disse que quando há um acidente deve esgotar-se todo o diálogo com a Seguradora e só no final, com a devida informação técnica, deverá ser o Município a assumir a despesa. Referiu que as questões que os Srs. Vereadores da oposição têm colocado e colocam podem ser levantadas por uma inspeção das entidades competentes, podendo dar-se o caso dessas entidades imputarem os encargos financeiros das autorizações para o pagamento das indemnizações a quem deliberou favoravelmente.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vereador João Sol Pereira, no sentido de ser autorizado o pedido de indemnização apresentado por João Luis Martins de Sousa Cordeiro, no valor do orçamento apresentado, a saber, cento e cinquenta e nove euros e noventa cêntimos (159,90 €), e notificar o requerente para juntar ao processo o original da fatura relativa à reparação da viatura, a fim de se poder proceder ao pagamento da indemnização devida, com fundamento no teor das informações da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos e da Divisão Jurídica e de Recursos Humanos, documentos que constituem parte integrante da respetiva ata.

ALTERAÇÃO DA TITULARIDADE DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO DA LOJA N.º 2 DO CENTRO CULTURAL ANTÓNIO ALEIXO, EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – EURICO SEGURA RODRIGUES.

O Sr. Vereador Luís Salas questionou como é que se adjudicou a loja a um cidadão que não tinha atividade económica. Disse ainda que, na sua opinião, o que está em causa é a natureza jurídica da empresa, pois para haver uma atividade comercial é necessário que a empresa esteja devidamente constituída.

15
H

O Sr. Presidente explicou que houve uma hasta pública e foi o Sr. Eurico Segura Rodrigues que apresentou a proposta de valor mais elevado. As condições da hasta pública permitiam que qualquer cidadão se pudesse candidatar, pelo que foi aceite a proposta e celebrado o respetivo contrato.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a alteração da titularidade do contrato de arrendamento da Loja n.º 2 do Centro Cultural António Aleixo, em Vila Real de Santo António, a favor da Sra. Alexandra Maria Catarro Rodrigues, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PARQUE MUNICIPAL DE CAMPISMO DE MONTE GORDO – ISENÇÃO DE TAXAS – ASSOCIAÇÃO ESCOLINHA DE GUARDA-REDES DE FUTEBOL LUÍS RODRIGUES - VI CAMPUS DE GUARDA-REDES DE FUTEBOL 2015.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sr. Vereador João Rodrigues, no sentido de ser autorizada a entrada gratuita no Parque Municipal de Campismo de Monte Gordo, entre 14 e 20 de junho de 2015, aos utentes da Associação Escolinha de Guarda-Redes de Futebol – Luís Rodrigues, devendo os elementos que venham a beneficiar do desconto ter que apresentar prova que são membros, documento que constitui parte integrante da presente ata.



H

FIXAÇÃO DO PREÇO DO SELO EUROCIDADE.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser fixado o preço de venda unitário do selo da Eurocidade do Guadiana, relativo ao 2.º Aniversário, em dois euros e trinta centimos (2,30 €), com IVA incluído, documento que constitui parte integrante da respetiva ata.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de doze de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas nove horas e cinquenta e cinco minutos.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, FRANCISCO JOSÉ LEIRIA SABINO, Chefe da Divisão de Atividades Económicas a redigi, subscrevo e assino.

